



Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores

# CONSTRUÇÃO & MATERIAIS

BOLETIM INFORMATIVO 158 AGOSTO DE 2021



## Nesta Edição:

Editorial .2

Obrigações Legais .3

Entrevista: Fibrenamics .4

AICOPA vai transferir a sua sede para a Ribeira Grande .6

Prorrogação de moratórias até ao fim do ano exclui empresas da Construção .6

Prolongado apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade .7

Direção da AICOPA reúne-se com o candidato à Câmara de Municipal de Ponta Delgada, Dr. Pedro Nascimento Cabral .8

AICOPA parceira da  
iniciativa Ponta Delgada  
Capital Europeia da Cultura  
2027



**AZORES2027**

Ponta Delgada, Açores  
Cidade Candidata a  
Capital Europeia da Cultura



### Dr. Duarte Freitas - Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

Como foi assumido, a primeira principal prioridade, no primeiro semestre de 2021, foi atenuar as consequências da maior crise dos últimos 100 anos, com o prolongamento, reforço, adaptação e simplificação de medidas de apoio à empregabilidade.

Desde o início deste segundo semestre, com o sucesso da vacinação e o retomar da atividade económica, temos vindo a avançar com uma nova geração de política de emprego e formação.

O Form.Açores, o Prosa.Qualifica, o Dual Açores, ou o Contratar, entre outras medidas, fazem parte deste novo ciclo.

No âmbito do Form.Açores, abordagem de formação à medida, entre outros projetos já aprovados,

iniciar-se-á em breve, na Escola Profissional de Capelas, um curso de Serralharia Civil e Soldadura, que irá colocar no mercado, já em março, 20 novos profissionais qualificados. Temos consciência de que é pouco, mas é um começo.

No próximo ano, esta Escola pretende, através do Prosa.Qualifica, desenvolver turmas de Canalização e Carpintaria de Cofragem. A formação deverá estar concluída no final de 2022 e abrangerá, no mínimo, 60 adultos.

Por outro lado, o Conselho de Governo, aprovou recentemente a inovadora medida Dual Açores, tal como previsto no Programa de Governo.

Esta formação desenvolve-se em alternância entre

uma escola profissional e um conjunto de empresas e, das horas reservadas à componente tecnológica, no mínimo 35% delas decorre em contexto de trabalho.

Não por acaso, dos cursos escolhidos para funcionarem como projeto piloto, um é da área da Construção Civil: Técnico de Obra/Conductor de Obra.

Todas as ações aqui citadas foram selecionadas em estreita colaboração com a AICOPA, numa prática que desejamos que seja a norma no futuro: forte interação entre o sistema regional de formação profissional e os setores produtivos.

Na última década, a formação profissional voltada para a Construção Civil decorreu na Região de forma intermitente e desarticulada, o que resultou no atual cenário de falta de mão-de-obra qualificada vivido pelo setor.

O objetivo do Governo Regional é reverter este quadro, com estas e outras medidas de qualificação que, espera-se, produzirão resultados a curto e médio prazo.

A concluir, gostaria ainda de sublinhar que o Contratar permitiu, em 3 meses, mais de 700 contratos de trabalho, sendo dois terços contratos sem termo.

O Contratar, tal como foi anunciado no Plano para 2021, incentiva de forma inovadora o aumento salarial,

#### Ficha técnica

**PROPRIEDADE:** Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores **SEDE:** Rua Engº José Cordeiro, nº 38 - 1º - 9500-296, Ponta Delgada **TELF:** 296 284 733 **EMAIL:** aicopa@aicopa.pt **INTERNET:** www.aicopa.pt **DIREÇÃO:** Alexandra Bragança **IMAGEM (DIREITOS REVERVADOS):** Foto de SevenStorm JUHASZIMRUS no Pexels (página 1); **PAGINAÇÃO:** Afonso Quintanova **PERIODICIDADE:** Mensal

sendo que o apoio é dado em função do valor do contrato e não em função de salário mínimo.

## Obrigações Legais

### Prestações do IVA de maio e da DMR e guias multi-imposto de junho adiadas para setembro

O Despacho n.º 281/2021 – XXII do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, vem, considerando os efeitos da pandemia COVID-19 na atividade económica, em particular na dimensão das condições de cumprimento das obrigações fiscais por parte dos cidadãos e das empresas, flexibilizar o calendário fiscal, nomeadamente no que respeita aos planos do IVA de Maio e de DMR e Guias Multiimposto de junho.

Sendo assim fica definido neste Despacho, sem quaisquer acréscimos ou penalidades, que:

a) A segunda prestação, possa ser paga até 15/09/2021;

b) A data limite de pagamento das restantes prestações permaneça inalterada.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

XXII GOVERNO

### Pagamento em prestações de contribuições diferidas pode ser pedido até ao fim de 2021

Foi publicado, no passado dia 20 de agosto, o Despacho n.º 8275/2021 que prorroga o prazo previsto nos Despachos n.ºs 2732/2021, de 4 de março, e 6641/2021, de 30 de junho.

Esta prorrogação surge no seguimento do Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março, que instituiu um regime excecional e temporário de cumprimento de obrigações fiscais e contribuições sociais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Tendo sido esgotado a 31 julho, o prazo de manifestação de opção pelo plano prestacional pretendido, foi verificado que nem todos os contribuintes tiveram a possibilidade de ver clarificada a sua situação contributiva, o que limitou a sua capacidade de opção. Além disso, os contribuintes que estão integrados no grupo que, nos meses de novembro e dezembro de 2020, beneficiaram do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, não correspondendo assim as contribuições desses dois meses ao valor que existiria caso não tivessem requerido esse incentivo. Essa divergên-

cia tem impacto no valor em dívida apurado, com consequências no que se refere ao montante de cada prestação, não tendo sido possível à segurança social, até ao momento, proceder à correção dos referidos valores.

Assim sendo, foi prorrogado até 31 de dezembro, o prazo para as enti-

dades empregadoras poderem indicar, na Segurança Social Direta, qual dos prazos de pagamento pretendem utilizar no âmbito do diferimento extraordinário do pagamento de contribuições referentes a novembro e dezembro de 2020.



SEGURANÇA SOCIAL



## Entrevista

### Denominação:

Fibrenamics

### Data de Constituição:

2011

### Contatos:

Rua da Tecnologia K –  
Epsilon, N.º 2

9560-421 Rosário - Lagoa

### Telf:

916 799 818

### Email:

fibrenamics@fibrenamics.com

### Internet:

www.fibrenamics.com



**Engº Fernando Cunha - Executive Diretor da Fibrenamics**

### **A que se dedica a empresa Fibrenamics?**

A Fibrenamics, Instituto de Inovação em Materiais Fibrosos e Compósitos, da Universidade do Minho, é um centro de interface para a geração, valorização e transferência de conhecimento avançado em materiais fibrosos e compósitos, atuando sob o lema "From Science to People" em vários setores, com destaque para a defesa, a arquitetura, a construção, o desporto, a medicina, a proteção pessoal e os transportes.

Alicerçada numa equipa multidisciplinar, a Fibrenamics assume-se, deste modo, como um elo de ligação entre a universidade, as empresas e a sociedade, acreditando na inovação técnico-científica como principal motor do crescimento empresarial.

A Fibrenamics nasceu em Portugal, em 2011, como

resultado desse mesmo processo de inovação. Com uma ideia disruptiva, determinação e conhecimento reconhecido internacionalmente, foi assim criada uma plataforma para a transferência do conhecimento gerado na Universidade do Minho, a partir de um modelo altamente inovador, reconhecido pela Comissão Europeia como um caso de boas-práticas a ser seguido no espaço europeu, no que se refere à relação entre os meios académico e empresarial.

Desde então, a Fibrenamics tem adaptado a sua estratégia de modo a garantir que os resultados gerados a partir de atividades de investigação e desenvolvimento respondam com pragmatismo, aos diferentes desafios sociais que, a todo o momento, nos são apresentados, em tópicos tão importantes como a sustentabilidade, a proteção pessoal, a inclusão social, a

digitalização, entre tantos outros. A resposta a estes desafios é, pois, concretizada a partir de produtos e tecnologias inovadoras, de elevado valor acrescentado e altamente diferenciadoras, que impulsionam os seus parceiros empresariais para patamares de competitividade muito elevados, nos panoramas nacional e internacional.

Com a determinação de sempre e uma confiança renovada diariamente pelas mais de 300 entidades internacionais parceiras, continua a desafiar os limites em busca de novas soluções para os desafios da sociedade.

### **Como surgiu a aposta no mercado dos Açores?**

A aposta em levar a Fibrenamics até aos Açores surgiu a partir da identificação de um conjunto de oportunidades no âmbito de diversas interações entre entidades governamentais e entidades privadas. O mercado dos Açores assume um papel importante no que diz respeito à expansão da Fibrenamics, especialmente no que diz respeito às áreas da sustentabilidade e economia circular.

### **De que forma podem as empresas de construção civil contribuir para a valorização dos resíduos resultantes da atividade de construção civil?**

Nos últimos anos temos assistido a uma evolução no que diz respeito à valorização, reutilização e reciclagem de resíduos, exemplo disso foram os dados estatísticos revelados pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente), no ano de 2018,

em que se verificou uma valorização de 78,24%.

Contudo, verifica-se que em muitos casos podem existir desencontros entre os dados recolhidos e os dados que efetivamente são verificados no terreno, pelo que, ainda existe um longo caminho no que toca à circularidade dos resíduos associados à construção. Neste sentido, temos participado em distintos projetos que visam intensificar a taxa de circulação dos resíduos, aumentar a utilização de materiais reciclados e acima de tudo, na fase de projeto, cogitar o resíduo para processo de valorização. Exemplo disso é o projeto Rebuild 17, que é financiado pelo mecanismo financeiro EEA Grants e resulta da cooperação entre o Governo dos Açores, através do Laboratório Regional de Engenharia Civil, a Fibrenamics Azores, via Centro Inovação de Materiais Produtos Avançados (CIMPA), e a empresa islandesa ReSource International.

O objetivo deste projeto passa não só por criar alternativas com vista à sua redução da produção de resíduos de construção e demolição, mas, principalmente, apostar na sensibilização, das empresas e entidades, para a valorização destes resíduos, sugerindo alternativas e formas de reincorporação em produtos de construção, gerando uma cadeia de circularidade com este processo. Para além disto, estará presente de forma transversal a todo o projeto, a sensibilização e promoção de troca de conhecimento e experiência, relativamente aos processos de produção, monitorização e tratamento de resíduos na Região.

O ponto fulcral para o cumprimento dos objetivos propostos será a criação e dinamização de uma plataforma ReBuild que promova esta articulação necessária ao desenvolvimento da circularidade no setor da construção, validando o modelo visado neste projeto. Para o concretizar, o projeto envolve e prevê diferentes fases de desenvolvimento, distinguidas por sete atividades-chave, nomeadamente: o estudo e caracterização de resíduos; o mapeamento e angariação

de stakeholders; o estudo da tecnologia para valorização de resíduos; o desenvolvimento da circularidade da cadeia de valor; o desenvolvimento e implementação da plataforma; o design de soluções sustentáveis; e a divulgação e comunicação, transversal a todo o projeto.

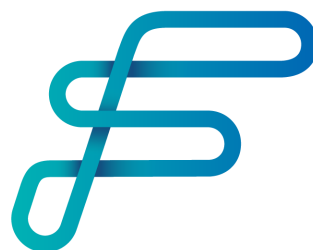
### **Como avaliam o tecido empresarial dos Açores no que concerne à adoção de boas práticas de valorização de resíduos resultantes da construção e demolição?**

Temos verificado uma evolução positiva no que diz respeito à inquietação dos diferentes stakeholders associados à valorização dos resíduos na construção. Penso que a valorização ainda não é maior, devido à ausência de tecnologias e disponibilização do conhecimento nas empresas e sociedade. Verifica-se inclusive, que em alguns casos a valorização de resíduos possa aumentar os custos de implementação, pelo que num mercado tão competitivo, é fundamental que a valorização de resíduos possa equiparar-se com as soluções tradicionais. Um outro aspeto importante é encarar a economia circular como um novo modelo de negócio viável e repleto de novas oportunidades. Neste particular,

a digitalização também terá um papel importante para a viabilidade económica desta nova economia.

### **É viável a implementação de uma economia circular no setor da construção civil? Poderá esta economia circular contribuir para a criação de novas áreas de negócio? Em caso afirmativo quais?**

No projeto Rebuild 17, estamos já a implementar um modelo inovador que vai permitir disponibilizar, numa primeira fase, seis produtos sustentáveis e desenvolvidos a partir dos resíduos de construção e de reabilitação. Este processo será implementado integralmente na região pelo que estão a ser desenvolvidas novas tecnologias e processos inovadores para a geração destes novos produtos. Naturalmente, estes produtos, serão desenvolvidos por uma cadeia de valor, que está já a ser dinamizada, no sentido de assegurar a concretização das diferentes etapas, nomeadamente identificação do resíduo, transporte, segmentação, preparação, valorização e desenvolvimento do produto em si. Naturalmente ao longo de todos este processo, serão expandidas novas oportunidades de negócio, de forma a responder a uma nova economia circular.



# Fibrenamics

## AICOPA vai transferir a sua sede para a Ribeira Grande

A Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores (AICOPA) vai mudar a sua sede para a Ribeira Grande, na sequência de uma parceria com a câmara municipal em que esta cede um edifício devoluto que possui na cidade e aquela associação assume a realização de obras de reabilitação e remodelação do imóvel.

O entendimento já alcançado entre a autarquia e a estrutura representativa dos empreiteiros na Região prevê a utilização do espaço, de dois andares, por parte desta última, durante um período inicial de 15 anos.

A AICOPA tem atualmente a sua sede em Ponta Delgada, mas ao longo de vários anos nunca teve espaço próprio, tendo sempre ocupado imóveis em regime de arrendamento.

A sua direção entendeu estar na altura de mudar o paradigma e da associação

passar a ter uma "sede própria, digna", por forma a receber os associados e instalar os seus serviços.

"Como somos uma associação pequena e jovem que vive única e exclusivamente das quotizações dos nossos associados e dos serviços que prestamos aos mesmos, não temos ainda capital que nos permita adquirir um edifício para poder instalar a nossa sede. Então decidimos contactar algumas câmaras municipais da ilha de São Miguel (...)", explicou a líder da organização, Alexandra Bragança, enfatizando que o município ribeira-grandense foi aquele que apresentou a melhor proposta.

A perspetiva da Ribeira Grande ser o futuro 'quartel-general' enquadra-se nos objetivos da associação e mereceu o 'sim' dos associados, uma vez que é o concelho onde o setor da construção civil está mais implantado e de onde são originários, em larga medi-

da, os empreiteiros ligados à AICOPA.

A associação assumirá a realização de obras no dito imóvel, mas a sua propriedade continuará a ser da autarquia, que assim promove a reabilitação urbana na cidade norte-nha de São Miguel.

"Esse é o nosso projeto: fazer um investimento em obra e reabilitarmos o edifício, que continuará a ser pertença do município da Ribeira Grande, mas que será cedido à AICOPA durante um prazo inicial de 15 anos, podendo ser renovado", acentua Alexandra Bragança.

Neste momento, depois de obtida a aprovação dos associados e tendo já sido assinado o protocolo de cedência do espaço, falta apenas do lado da associação, "desenvolver todas as demarques necessárias para a reabilitação do edifício".

**Fonte: Açoriano Oriental**

## Prorrogação de moratórias até ao fim do ano exclui empresas da Construção

O recente alargamento das moratórias bancárias, em vigor desde o dia 31 de julho passado, aplica-se apenas aos particulares e às empresas que desenvolvam a sua atividade em setores especialmente afetados pela pandemia de Covid-19, deixando, assim, de fora a Construção, o comércio de materiais de construção e as imobiliárias.

A prorrogação suplementar das moratórias, de 1 de outubro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, aprovada pela Lei n.º 50/2021, de 30 de julho, aplica-se apenas às pessoas singulares e às entidades cuja atividade principal esteja

abrangida pela lista de CAE que faz parte daquele diploma (e da qual não consta a atividade de Construção), que no dia 1 de outubro de 2020 se encontravam abrangidas por algumas das medidas de apoio extraordinário à liquidez cuja moratória adicional terminaria em 30 de setembro de 2021, e às que tenham aderido à moratória após 30 de setembro de 2020.

Saliente-se também que esta prorrogação contempla exclusivamente a suspensão do reembolso de capital de operações de crédito e de locação financeira de imóveis para habitação e de crédito

ao consumo para educação, e de operações de crédito contratadas pelas entidades cujo CAE conste da lista acima mencionada.

As entidades que pretendam usufruir do prolongamento da moratória devem comunicar essa intenção às instituições com uma antecedência mínima de 20 dias face à data de cessação da medida de apoio de que beneficiam, sendo de realçar, por último, que o efeito prático da medida agora introduzida está dependente de futura regulamentação a definir pelo Governo.

**Fonte: AECOPS**



## Prolongado apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade

As empresas com quebras de faturação podem continuar a beneficiar do apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade com redução temporária do período normal de trabalho, desde que mantenham os seus estabelecimentos abertos.

A prorrogação desta medida de apoio à manutenção dos postos de trabalho foi decidida pelo Governo em Conselho de Ministros de 29 de julho, tendo sido agora estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 71-A/2021, e visa, segundo o legislador, dar resposta às dificuldades ainda sentidas pelas empresas num contexto de evolução da pandemia que continua a não permitir perspetivar, com exatidão, a programação e a normalização das atividades e dos investimentos.

Além de pretender "o reforço do horizonte de confiança e previsibili-

dade para as empresas", este prolongamento visa também "o estímulo à abertura e retoma das atividades económicas e o alargamento do horizonte de proteção dos postos de trabalho".

Assim, as empresas da generalidade dos setores económicos, nomeadamente da Construção, com quebras de faturação, podem continuar a reduzir o período normal de trabalho (PNT) até 100%, com o limite de 75%

dos seus trabalhadores, devendo ainda manter os estabelecimentos abertos.

Por outro lado, todas as empresas que acederem a esta medida ficam impedidas de proceder a despedimentos no prazo de 90 dias (anteriormente, eram 60 dias) após a cessação do apoio.

Fonte: AECOPS



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

XXII GOVERNO



A BRAND  
NEW VISION  
OF WORKING

**MANITOU**  
HANDLING YOUR WORLD

**MRT**  
VISION & VISION+

NOVO MANITOU MRT  
VISION E VISION +  
UMA MANEIRA DIFERENTE PARA  
PLANEAR O O SEU TRABALHO



DESCUBRA O SEU NOVO MANITOU  
MRT NO SEU DISPOSITIVO

## Direção da AICOPA reúne-se com o candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada, Dr. Pedro Nascimento Cabral



O candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada pelo PSD/Açores manteve um encontro com a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas dos Açores durante o qual teve a oportunidade de auscultar os desafios que aquele setor de atividade económica enfrenta.

Pedro Nascimento Cabral mostrou a sua concordância relativamente às preocupações da direção da AICOPA com o facto de a mão de obra especializada e qualificada presente-mente disponível ser muito escassa face ao volume de obras de construção civil em curso e perante outras que se encontram programadas.

O sector da construção civil outrora abrangeu um total de 16 mil trabalhadores, sendo que, nos dias de hoje, apenas absorve 7 mil.

O candidato ao município de Ponta Delgada referiu que "o número de trabalhadores disponíveis no setor da construção civil está muito aquém das reais necessidades das empresas, motivo pelo qual importa libertar mão de obra qualificada".

Neste sentido, Pedro Nascimento Cabral defendeu que "é preciso rever um conjunto de programas ocupacionais de acordo com as prioridades do mercado de trabalho" não deixando de salientar que "esta mão de obra poderá ser libertada de tais programas mediante a possibilidade de receber formação profissional com estágios garantidos pelas empresas ligadas ao setor, dada a procura existente".

O candidato referiu ainda que "face às políticas municipais de reabilitação urbana e obras públicas torna-se necessário obter uma resposta adequada e eficaz por parte das empresas de construção civil, dentro dos calendários que são definidos pelos cadernos de encargos, sobretudo quando estiver em vigor o Plano de Recuperação e Resiliência e o novo Quadro Comunitário de Apoio".

Pedro Nascimento Cabral também acolheu a preocupação manifestada em relação ao critério de adjudicação de uma empreitada estribado "no preço mais baixo", o que permite

que determinadas empresas possam concorrer e vencer uma obra apresentando um valor que chega a ser "abaixo do real custo da empreitada" em causa, o que para além de não garantir qualidade origina uma concorrência desleal com as demais empresas de construção civil.

Fonte: PSD/Açores

**Constrói o teu Futuro!**

**AICOPA**  
Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores



A formação profissional é um veículo de valorização pessoal e dá-te a oportunidade de te especializares na área da tua preferência.

O mercado na área da construção, em expansão, precisa de pedreiros, carpinteiros, serralheiros e electricistas.

Investe na tua formação!